

Doutrina

RECONHECIMENTO DA UNIÃO ESTÁVEL HOMOAFETIVA COMO ENTIDADE FAMILIAR PELO STF - DECISÃO ACERTADA OU ATENTADO À DEMOCRACIA DELIBERATIVA?

Andréa Maria dos Santos Santana Vieira

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL: uma formatação constitucional

Pedro Ferreira Leite Neto

DO CAOS NORMATIVO HAVIDO ENTRE OS ENTES DA FEDERAÇÃO ACERCA DO PREGÃO COMO MODALIDADE DE LICITAÇÃO E SUA CONSEQUENTE INCONSTITUCIONALIDADE E/OU ILEGALIDADE

Adib Antonio Neto

FISCALIZAÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE: modelos e evolução

Peter Panutto

O SISTEMA DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS DOS AFRODESCENDENTES

Lucas de Souza Lehfeld

OS PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA CONVENÇÃO EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS

Patricia Micheli Folador

DA ANÁLISE CONSTITUCIONAL ACERCA DAS PECULIARIDADES DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NOTADAMENTE O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS

Cláudia Chaves Arruda

O NOVO CONCEITO DE FAMÍLIA SOB A PROTEÇÃO E A RESPONSABILIDADE DO ESTADO CONFORME O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Célia Rosenthal Zisman

REFLEXÕES SOBRE POBREZA E ECOLOGIA SOCIAL

Lilian Balmant Emerique

RELAÇÃO ENTRE O ATIVISMO JUDICIAL E A ATUAÇÃO DEFICIENTE DO PODER LEGISLATIVO - ALTRUÍSMO A DESSERVIÇO DA DEMOCRACIA

Carlos Alberto Navarro Perez

INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO E A "LEI DA FICHA LIMPA"

Maria Garcia

O CONTROLE DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO NO ORDENAMENTO BRASILEIRO E A TUTELA DOS DIREITOS SOCIAIS: um mero ciclo activista ou uma evolução para o paradigma neoconstitucionalista?

Carlos Blanco de Moraes

O CONTROLO DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO NO ORDENAMENTO BRASILEIRO E A TUTELA DOS DIREITOS SOCIAIS: um mero ciclo activista ou uma evolução para o paradigma neoconstitucionalista?

Carlos Blanco de Moraes

Jurisprudência

Supremo Tribunal Federal

RECURSO - Interposição de agravo regimental no agravo de instrumento - Inadmissibilidade - Direito à incorporação de gratificação - Análise de decismum do Tribunal de origem que implicaria interpretação de legislação infraconstitucional e reexame do conjunto fático-probatório, vedado em sede de recurso extraordinário - Decisão suficientemente fundamentada do órgão a quo, ademais, que atesta a efetiva prestação jurisdicional.

Supremo Tribunal Federal

LICENÇA-MATERNIDADE - Estabilidade provisória - Admissibilidade, mesmo em casos de servidora ocupante de cargo em comissão - Benefício que se concede com a simples verificação objetiva do estado gravídico - Direito subjetivo da gestante, ademais, que se inicia da confirmação do estado fisiológico de gravidez até cinco meses após o parto - Inteligência do art. 10, II, b, da ADCT e dos arts. 7.º, XVIII, e 39, § 3.º, da CF/1988.
